
***Via Brasil MT 100
Concessionária de
Rodovias S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 29 de junho e 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 29 de junho a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e que o início integral das operações e geração de receitas de pedágio dependem do sucesso da Companhia na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



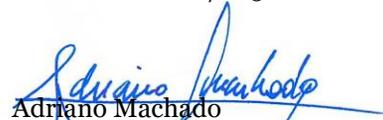
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 1º de julho de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e Patrimônio líquido		
	Notas	2018		Notas	2018
Circulante		<u>3.746</u>	Circulante		<u>494</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.032	Fornecedores	9	336
Adiantamentos		18	Empréstimos e financiamentos	10	52
Impostos a recuperar		30	Salários a pagar	11	47
Partes relacionadas	7	226	Encargos sociais a pagar	11	33
Despesas antecipadas	4	440	Encargos tributários a pagar	12	26
Não circulante		<u>13.214</u>	Não circulante		<u>301</u>
Títulos e Valores Mobiliários		5	Empréstimos e financiamentos	10	301
Imobilizado	5	260			
Intangível	6	12.949			
Total do ativo		<u>16.960</u>	Patrimônio líquido		<u>16.165</u>
			Capital social	13	18.000
			Prejuízos acumulados		(1.835)
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>16.960</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Período de 29 de junho à 31 de dezembro de 2018 (185 dias)

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018
Receita operacional líquida	14	766
Custos dos serviços prestados	15	(1.385)
Prejuízo bruto		(619)
Receitas (despesas) operacionais	15	(1.208)
Despesa gerais e administrativas		(1.165)
Despesas comerciais		(43)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(1.827)
Resultado financeiro		(8)
Despesas financeiras		(8)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.835)
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-
Prejuízo do exercício		(1.835)
Prejuízo por ação - em reais		(101,9444)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Período de 29 de junho à 31 de dezembro de 2018 (185 dias)

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício	(1.835)
Outros resultados abrangentes	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(1.835)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital em 3 de agosto de 2018	18.000	-	18.000
Prejuízo do exercício	-	(1.835)	(1.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>18.000</u>	<u>(1.835)</u>	<u>16.165</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Período de 29 de junho à 31 de dezembro de 2018 (185 dias)

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(1.835)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	
Depreciação e amortização	4
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	3
Aumento/(redução) nos ativos	
Demais contas a receber e adiantamentos	(458)
Impostos a recuperar	(30)
Aumento/(redução) nos passivos	
Fornecedores	336
Encargos tributários a pagar	26
Salários e encargos sociais a pagar	80
Caixa líquido aplicado das atividades operacionais	<u>(1.874)</u>
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(13.213)
Aquisição de títulos	(5)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(13.218)</u>
Terceiros	
Empréstimos, financiamentos	350
Acionistas	
Empréstimos entre partes relacionadas	(226)
Integralização de capital	18.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>18.124</u>
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.032</u>
Caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade por Ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2018, com sede em Cuiabá- MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a exploração das atividades de concessão de serviço público precedida da execução dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 01 - Alto Araguaia, compreendendo o trecho MT 100 - Extensão 111,90 km, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01, em conformidade com o Edital de Licitação nº 01/2018 publicado pelo Estado do Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística - SINFRA/MT, e terá exclusivamente a receita de pedágio.

A concessão será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R\$ 10.282. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R\$ 351.000 neste lote. A administração considera como fontes de recursos no cenário base R\$ 40.000 via aportes de capital de acionistas, R\$ 200.000 em financiamentos de longo prazo a serem obtidos nos anos de 3 a 5 da concessão (2021 a 2023) e o restante da própria geração de caixa da Companhia.

1.1. Planos da Administração

A Via Brasil elaborou uma estratégia visando dotar a rodovia de condições de trafegabilidade e segurança no exercício de 2019, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio.

A Administração promoveu a cotação e contratação da execução dos serviços iniciais do primeiro ano da concessão e condicionantes do início da cobrança do pedágio. Estão incluídos nos serviços iniciais a implantação de duas praças de pedágio e adequação do pavimento para garantir condições trafegabilidade e segurança previstas em edital e normas técnicas. Com a conclusão dos serviços iniciais prevista para setembro de 2019, a Concessionária estará habilitada a iniciar a cobrança de pedágios.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 30 de maio de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram apresentadas sem o comparativo com o exercício anterior, uma vez que a Companhia foi constituída dentro do exercício corrente.

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos

recebidos; e (c) o montante de retenções.

Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera

equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

Intangível: Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo; dos dois o menor.

2.4.4. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do

passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

- **Imposto de renda e contribuição social:** A companhia optou pelo regime de apuração do lucro real.
- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

2.4.5. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações

vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

- b) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- c) **Momento de reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.
- d) **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.
- e) Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.
- f) **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de

conclusão do contrato.

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

2.5.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 01 de janeiro de 2019

Existe uma nova norma que será efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019 que poderá afetar diversos tipos de entidades e deve resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações financeiras. Esta norma é o *IFRS 16 Leases*. Portanto, ela ainda não foi adotada de forma antecipada nestas demonstrações financeiras e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações financeiras da companhia no futuro.

IFRS 16 Leases:

O *IFRS 16* estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui *IAS 17 Leases*, *IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease*, *SIC-15 Operating Leases - Incentives* e *SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o *IFRS 16* determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro.

Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

A Companhia não prevê impacto relevante da adoção desta norma, pois não detinha nenhum contrato de direito de uso no encerramento do exercício de 2018.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018
Caixa e saldos em conta corrente bancária	<u>3.032</u>
	<u>3.032</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Despesas antecipadas

Refere-se aos valores de seguros a apropriar de acordo com a vigência das apólices, conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>
Seguro garantia/contratos	439
Seguros de veiculos	1
	<u><u>440</u></u>

5. Imobilizado

5.1. Composição

	Taxa Depreciação ao ano	2018		
		Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	125	(1)	124
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1	-	1
Computadores e periféricos	20	128	(3)	125
Instalações	10	10	-	10
		<u>264</u>	<u>(4)</u>	<u>260</u>

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

5.2. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Saldo em 2018
Custo				
Móveis e utensílios	-	125	(1)	124
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	1	(0)	1
Computadores e periféricos	-	128	(3)	125
Instalações	-	10	(0)	10
	<u>-</u>	<u>264</u>	<u>(4)</u>	<u>260</u>

6. Intangível

6.1. Composição

	2018		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Contrato de concessão em rodovias	12.949	-	12.949
	<u>12.949</u>	<u>-</u>	<u>12.949</u>

6.2. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos precedidos da execução dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 01 - Alto Araguaia, compreendendo o trecho MT 100 - Extensão 111,90 km. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo prosseguir com suas atividades em caso de prorrogação do prazo de vigência da concessão.

6.3. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão. O início de amortização se dará a partir do momento que a Companhia começar a ter receitas de pedágio.

7. Partes relacionadas

O saldo do ativo, relacionados a operações entre partes relacionadas, decorrem do saldo de transações de mútuo realizado em 3 de julho de 2018, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes e consentidas por todos os acionistas.

	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante	
Conasa Infraestrutura S.A.	5
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A. (a)	221
	<u>226</u>

8. Remuneração dos administradores

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2018, totalizaram R\$ 75. O Conselho de Administração aprovou remuneração anual da diretoria em R\$ 900.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores de prestação de serviços	336
	<u>336</u>

10. Empréstimos e financiamentos

10.1. Composição

A conta de empréstimos e financiamentos, está composta em sua totalidade, por empréstimo tomado junto ao Banco Sicoob para aumento do fluxo de caixa, tomado em 12/2018 a ser pago em 60 parcelas iguais mensais, conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante	
Empréstimos de capital de giro	100
(-) Juros passivos a vencer	(48)
	<u>52</u>
Passivo não circulante	
Empréstimos de capital de giro	399
(-) Juros passivos a vencer	(98)
	<u>301</u>

10.2. Movimentação

Saldo inicial em 17 de dezembro de 2018	-
Captações	350
(-) Pagamentos do principal	-
(-) Pagamentos de juros	-
Provisão de juros	3
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>353</u>

11. Salários e encargos sociais a pagar

	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	20
INSS a recolher	17
FGTS a recolher	3
IRRF sobre folha a recolher	13
Provisões sobre férias e 13º salário e encargos	27
	<u>80</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Encargos tributários a pagar

	<u>31/12/2018</u>
IRRF sobre serviços terceiros a recolher	12
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	13
INSS retido na fonte	1
	<u>26</u>

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social

O capital social é de R\$ 18.000 totalmente subscrito e integralizado, representado por 18.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	<u>31/12/2018</u>	
	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>
Conasa Infraestrutura S.A.	7.200.000	40%
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	4.680.000	26%
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	2.160.000	12%
Construtora Rocha Cavalcante	2.160.000	12%
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	1.620.000	9%
Fremix Pavimentacao E Construcoes Ltda	180.000	1%
	<u>18.000.000</u>	<u>100%</u>

14. Receitas

	<u>31/12/2018</u>
Receitas	
Receita de construção	766
	<u>766</u>

15. Custos e despesas operacionais

	<u>31/12/2018</u>
Custos dos serviços prestados	
Custos com materiais e insumos na operação	(43)
Mão de obra na operação	(84)
Custos com serviços de terceiros na operação	(492)
Custos de construção	(766)
	<u>(1.385)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018
Despesas gerais , administrativas e comerciais	
Despesas gerais e administrativas	(1.165)
Despesas comerciais	(43)
	<u>(1.208)</u>

16. Instrumentos financeiros

16.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

16.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		2018	
Categoria		Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.032	3.032
Partes relacionadas	Custo amortizado	226	226
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	336	336
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	353	353

16.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

17. Risco de mercado

Risco de taxa de juros: A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

- (a) **Risco de crédito:** A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.
- (b) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

18. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2018 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados - SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto as seguintes companhias seguradoras: (i) J. Malucelli pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Axa Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil e (iii) Chubb Seguros pela estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

18.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 100, ou até o limite equivalente a R\$ 36.177.430,95 (trinta e seis milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e cinco centavos).

18.2. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade civil

RISCOS DE ENGENHARIA

Cobertura básica	53.040
Erros de projeto	53.040
Tumultos, greves e lockout	13.675
Risco do fabricante	53.040
Despesas extraordinárias	13.675
Despesas de desentulho	13.675
Alagamento e inundação	3.000
Períodos de testes	53.040
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	1.000
Salvamento e contenção de sinistros	1.000

RESPONDABILIDADE CIVIL

Obras civis, instalação, assistência técnica e montagem	5.000
Cruzada - Obras civis RC Erro de projeto	5.000
Empregador	1.000
Fundações	5.000
Poluição súbita	1.000

18.3. Riscos operacionais

RISCOS OPERACIONAIS	
Cobertura básica	10.000
Obras de engenharia	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Incendio, raio e explosão de qualquer natureza	5.000
Danos à equipamentos eletrônicos (baixa voltagem)	1.000
Roubo e furto qualificado (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval e fumaça	1.000
Danos causados a objetos de vidros	1.000
alagamento e inundação	1.000

19. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista.

20. Eventos subsequentes

A Concessionária contratou a execução dos serviços de recuperação de pavimentos e a construção das edificações operacionais no mês março de 2019, tendo suas obras iniciado no dia 2 de abril de 2019.

Cesar Alcides Ferreira de Menezes
Diretor Presidente

Labib Faour Auad
Diretor Administrativo
Financeiro e Relações com
investidores

Bruno Caraméz
Diretor Engenharia e
Operações

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1